

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria de Especializada em Compras Públicas – SecCompras  
Diretoria de Contratações - Dicont

TC: 005.094/2026-7

**EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2026****Data de Abertura: 27/05/2026 às 10:00 no sítio**[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**Objeto**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação de eventos jornalísticos e institucionais.

**Valor estimado**

R\$ 238.125,04 (duzentos e trinta e oito mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos)

**Registro de Preços?**

NÃO

**Vistoria**

NÃO SE EXIGE

**Instrumento Contratual**

TERMO DE CONTRATO

**Forma de Adjudicação**

GLOBAL

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XII) \*****Requisitos Básicos:**

- Certidão CNDT
- PL não inferior a 10% do valor da proposta / estimado da contratação
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Certidão negativa de falência
- Certidão CNJ
- Sicafe ou documentos equivalentes
- Certidão do Portal da Transparência
- Índices de Liquidez superiores a 1

**Requisitos Específicos:**

- Qualificação Técnico-Operacional

\*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

**Lic. Exclusiva ME/EPP?**

NÃO

**Reserv. Cota ME/EPP?**

NÃO

**Exige Amostra/Dem.?**

NÃO

**Dec. nº 7.174/2010?**

NÃO

**Prazo para envio da proposta/documentação**

Até 2 hora (s) após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

**Pedidos de Esclarecimentos**Até 19h do dia 22/05/2026 para os endereços [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br) e [SILVAL@tcu.gov.br](mailto:SILVAL@tcu.gov.br)**Impugnações**Até 19h do dia 22/05/2026 para os endereços [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br) e [SILVAL@tcu.gov.br](mailto:SILVAL@tcu.gov.br)**Observações Gerais**

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$. 0, 01 (um) centavo.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TCU pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "30001"**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br), opção Licitações e contratos do TCU.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM COMPRAS PÚBLICAS  
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90019/2026**

O Tribunal de Contas da União - TCU e este Pregoeiro, designado pela Portaria-SecCompras n. 20/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n. 14.133/2021**, da **Lei Complementar n. 123/2006** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 27 de maio de 2026**

**HORÁRIO: 10h00 (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**CÓDIGO UASG: 30001**

**SEÇÃO I – DO OBJETO**

**1.** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação de eventos jornalísticos e institucionais, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações em anexo.

**1.1.** Em caso de discordância entre as especificações descritas no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e as constantes do edital, prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.** A despesa anual com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 238.125,04 (duzentos e trinta e oito mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos), conforme o orçamento anexo.

**SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.** Poderão participar deste **Pregão** as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.



**3.2.** O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.** Não poderão disputar este **Pregão**:

**4.1.** Pessoa jurídica que se encontre, na data de abertura deste **Pregão**, impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

**4.1.1.** O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante**.

**4.2.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCU ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.3.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

**4.4.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.5.** Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;

**4.6.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

**4.7.** Cooperativa de trabalho utilizada para intermediação de mão de obra subordinada, conforme disposto no art. 5º da Lei n. 12.690/2012;

**4.7.1.** Se a cooperativa não for utilizada para intermediação de mão de obra subordinada e participar da licitação ou for contratada, serão observadas as exigências previstas na Lei n. 5.764/1971, na Lei n. 12.690/2012 e na Instrução Normativa Seges/MP n. 5/2017, em especial, no caso desta norma, as disposições constantes da Seção V do Capítulo I, dos itens 3.1 e 10.5 do Anexo VII-A e do item 2.2 do Anexo VIII-B.

**4.8.** Pessoa física.



## SEÇÃO IV – DA VISTORIA

5. Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de execução dos serviços.

## SEÇÃO V – DA PROPOSTA

6. A **licitante** cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.
- 6.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
7. A **licitante** deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:
- 7.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;
- 7.2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 7.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 7.4. Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste **Pregão**.
8. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:
- 8.1. Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- 8.2. No ano-calendário de realização deste **Pregão**, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas no edital, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal previstas em legislação específica.
10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.



- 10.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
  - 10.2. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
11. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias** corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do edital.
  - 11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

## SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo do edital, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
13. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
14. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

15. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
16. A **licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
  - 16.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel
17. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
19. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
20. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecúvel.



21. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
22. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
23. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado será o **aberto e fechado**, conforme art. 56 da Lei n. 14.133/2021.
- 23.1. A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 23.2. Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 23.3. Durante a etapa aberta, o intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 23.4. Após a etapa de que trata a subcondição anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado.
- 23.5. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores à de valor mais baixo, as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado.
- 23.6. No procedimento de oferta do lance final e fechado:
- 23.6.1. A **licitante** poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 23.6.2. O prazo será de até 5 (cinco) minutos e o lance será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 23.7. Encerrado o prazo estabelecido de até 5 (cinco) minutos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

## SEÇÃO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

24. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 24.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
- 24.1.1.** Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n. 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo do edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- 24.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 24.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 24.4.** A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;
- 24.5.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

## SEÇÃO IX – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA NA LICITAÇÃO

- 25.** O eventual descumprimento das vedações elencadas na Seção III do edital serão verificadas mediante consulta ao:
- 25.1.** Sicafe, na parte que trata das ocorrências e impedimentos;
- 25.2.** Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.





## SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

**26.** Definido o resultado do julgamento, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

- 26.1.** A negociação poderá ocorrer quando a proposta da primeira colocada, após a fase de disputa, permanecer acima do valor estimado ou quando o **Pregoeiro** considerar que a fase competitiva não foi suficiente para obtenção da melhor proposta.
- 26.2.** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais **licitantes**, respeitada a ordem de classificação estabelecida.
- 26.3.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais **licitantes**.
- 26.4.** Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as **licitantes** e anexado aos autos do processo licitatório.

## SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**27.** A **licitante mais bem classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo VI – Modelo de Proposta de Preços, no prazo de 2 (duas) horas], prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

- 27.1.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

**28.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

- 28.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 28.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 28.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



- 28.4.** O **Pregoeiro** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de custos e formação de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TCU.
- 28.5.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.
- 28.5.1.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
- 28.6.** Será desclassificada a proposta que:
- 28.6.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 28.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 28.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 28.6.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **Pregoeiro**;
- 28.6.4.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 28.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 28.6.6.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.
- 29.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas no instrumento convocatório.
- 30.** Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda ao edital.

## SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

- 31.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da **licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**32.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da **licitante**, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

**32.1.** Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 3(três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

**32.2.** A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

**33.** Para fins de **qualificação econômico-financeira**, deverão ser apresentados:

**33.1.** Balanços Patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigidos na forma da lei e de regulamentos vigentes na data de realização da licitação, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**33.1.1.** A **licitante** deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

**33.1.1.1.** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (PL), de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

**33.1.1.2.** Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

**33.1.1.2.1.** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

**33.1.2.** O marco temporal para apresentação das demonstrações contábeis será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

**33.2.** Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei;



- 33.3.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.
- 34.** A documentação apresentada para fins de **qualificação econômico-financeira** deverá comprovar tanto para o penúltimo quanto para o último exercício social:
- 34.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 35.** A documentação apresentada para fins de **qualificação econômico-financeira** deverá comprovar somente em relação ao último exercício social:
- 35.1.** Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação.
- 36.** Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:
- Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a **licitante** executa ou executou atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada pelo TCU.AD
- 36.1.1.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
- 36.1.2.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 36.2.** Um ou mais atestados que comprovem experiência pelo prazo mínimo de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto da presente contratação, ininterruptos ou não.
- 36.2.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
- 36.2.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos.
- 36.2.3.** Quando se tratar de atestados, o tempo de experiência será computado somente até a data da emissão do atestado.
- 36.3.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

- 36.4.** Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 37.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
- 37.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.
- 37.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Licitações - Selic do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 109, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 37.2.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 37.3.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 37.4.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 37.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 37.6.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 37.6.1.** O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 37.6.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.



- 37.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
- 38.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.
- 39.** Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao **Pregoeiro**, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:
- 39.1.** Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;
    - 39.1.1.** Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.
  - 39.2.** Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;
  - 39.3.** Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.
- 40.** O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo **Pregoeiro**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

### SEÇÃO XIII – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 41.** Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

### SEÇÃO XIV – DO RECURSO

- 42.** Qualquer **licitante** poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.
- 43.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.
- 44.** As demais **licitantes** ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 45.** Será assegurado à **licitante** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 46.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.



## SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

47. A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.
48. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

## SEÇÃO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

49. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
50. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos do edital.
51. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.
52. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
53. Constitui fator impeditivo para a celebração e aditamentos do contrato decorrente deste **Pregão** a existência de registro relativo à **licitante vencedora** no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme arts. 6º e 6º-A da Lei n. 10.522/2002.
- 53.1. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, em consulta ao Cadin, se existe registro relativo à **licitante vencedora**.
54. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.
- 54.1. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 54.1.1. Convocar as **licitantes remanescentes** para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 54.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes remanescentes**, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES

**55.** Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a **licitante**:

**55.1.** Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**55.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame – de 2 (dois) meses a 6 (seis) meses;

**55.1.1.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de entregar quaisquer documentos de habilitação exigidos durante a licitação.

**55.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado – de 2 (dois) meses a 1 (um) ano;

**55.1.2.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses:

**55.1.2.1.1.** Deixar de enviar a proposta ou se recusar a enviar seu detalhamento, quando exigível;

**55.1.2.1.2.** Solicitar a desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja evidenciada e justificada a impossibilidade de seu cumprimento.

**55.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;

**55.1.3.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

**55.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**55.1.4.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, qualquer ação ou omissão da **licitante** que:

**55.1.4.1.1.** Prejudique o bom andamento da licitação;

**55.1.4.1.2.** Atrase a assinatura do contrato;

**55.1.4.1.3.** Ocasione o descumprimento dos prazos estabelecidos no edital.



**55.2.** Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

**55.2.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, como, entre outras hipóteses, os casos que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas:

**55.2.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**55.2.1.2.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

**55.2.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**55.2.3.** Fraudar a licitação – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

**55.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**55.2.4.1.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

**55.2.5.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

**55.2.6.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

**56.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor anual estimado para a contratação.

**57.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**57.1.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, com fundamento no § 3º do art. 26 da Lei n. 9.784/1999, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

**57.1.1.** A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TCU, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## SEÇÃO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**58.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br), até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

**59.** Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**60.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br), até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

**61.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## SEÇÃO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

**62.** À Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**62.1.** A anulação do **Pregão** implica a anulação do contrato dele decorrente.

**62.2.** As **licitantes** não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



**63.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Lei n. 14.063/2020, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**64.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas no edital, prevalecerão as últimas.

## **SEÇÃO XX – DOS ANEXOS**

**65.** São partes integrantes do edital os seguintes anexos:

- 65.1.** Anexo I – Termo de Referência;
- 65.2.** Anexo II – Especificações Técnicas do Objeto;
- 65.3.** Anexo III – Orçamento Estimativo da Contratação;
- 65.4.** Anexo IV - Termo de Cessão e Direitos Autorais;
- 65.5.** Anexo V - Modelo de Ordem de Serviço;
- 65.6.** Anexo VI - Modelo de Proposta de Preços;
- 65.7.** Anexo VII - Termo de Confidencialidade e Sigilo;
- 65.8.** Anexo VIII – Minuta do Contrato.

## **SEÇÃO XXI – DO FORO**

**66.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 11 de maio de 2026

André Luiz da Silva Loesch

**Pregoeiro**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação de eventos jornalísticos e institucionais.

### VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2. O valor total anual estimado desta contratação é de **R\$ 238.125,04 (duzentos e trinta e oito mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos)**.

### FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3. O presente processo de contratação, cuja seleção do fornecedor se dará por meio de **Pregão Eletrônico**, fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente nas Portarias-TCU nº 175/2022, nº 121/2023, nº 122/2023 e nº 127/2023.

### FORMA DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

4. O objeto desta contratação deverá ser adjudicado **globalmente** à vencedora.

### DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

5. Não haverá exigência de demonstração dos serviços para esta contratação.

### VISTORIA

6. Não se exigirá que a empresa participante do certame realize vistoria do local de realização do serviço.

### GARANTIA DE PROPOSTA

7. Não será exigida garantia de proposta.

### FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8. A presente contratação será formalizada por **Termo de Contrato**, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses estabelecidas no art. 95 da Lei nº 14.133/ 2021.



## **LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9. Os serviços de cobertura fotográfica serão realizados no Tribunal de Contas da União em Brasília-DF ou em outra localidade no Distrito Federal, previamente informada à contratada pela Secretaria de Comunicação.
10. No Tribunal de Contas da União, em Brasília/DF, os serviços serão realizados nos seguintes endereços:
  - 10.1. Sede do TCU - Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 4, Lote 1, CEP 70042-900, Brasília/DF; e
  - 10.2. Instituto Serzedello Côrrea - Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, Polo 8, Lote 3, CEP 70200-003, Brasília/DF.
11. As impressões de fotos deverão ser entregues à Secretaria de Comunicação no Edifício Sede do TCU.
12. Excepcionalmente poderá ser demandada cobertura fotográfica, em território nacional, fora do Distrito Federal.

## **UNIDADES TÉCNICAS RESPONSÁVEIS**

13. Unidade responsável pelo Estudo Técnico Preliminar: Secretaria de Comunicação – Secom/Segepres.
14. Unidade responsável pelo Termo de Referência: Serviço de Elaboração de Artefatos de Planejamento – Searp.
15. Unidade responsável pela fiscalização do contrato: Secretaria de Comunicação – Secom/Segepres, ou outra vier a substituí-la.
16. Unidade responsável pela liquidação e pagamento: Serviço de Pagamento a Fornecedores (SPF/Deof /SecCompras) ou outro que vier a substituí-la.



## ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

### A) ORDEM DE SERVIÇO

1. Os serviços serão solicitados à contratada, por escrito, mediante Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria de Comunicação, conforme modelo exemplificativo em anexo, por meio de correio eletrônico e/ou aplicativo de envio instantâneo de mensagens.

### B) REQUISITOS

2. Os serviços a serem realizados deverão observar os seguintes requisitos:

2.1. O serviço de cobertura fotográfica e foto documentação institucional abrange a saída profissional de até 2 horas, o tratamento/edição e indexação das fotografias digitais e a disponibilização em banco de imagens da contratante;

2.2. Considera-se saída profissional o deslocamento do profissional para cobertura fotográfica de pauta(s) em atendimento à solicitação de serviços expedida pela Secretaria de Comunicação, por período de até 2 horas contadas do horário de início previsto para a pauta;

2.3. A saída profissional se encerra com o fim do lapso temporal de 2 horas, tendo o evento terminado ou não. Caso os eventos ultrapassem o prazo da saída, nova saída será contabilizada;

2.4. A saída profissional poderá abranger mais de uma pauta, quando se tratar de eventos consecutivos no mesmo local, dentro do período máximo de 2 horas de duração;

2.5. O deslocamento do profissional até o local da cobertura é de responsabilidade da contratada;

2.6. A prestação dos serviços acontecerá em cobertura a pautas, correspondentes a eventos, reuniões, audiências, seminários, solenidades e outras, a exemplo de fotografia do complexo arquitetônico do Tribunal, que forem demandadas pela Secretaria de Comunicação;

2.7. Durante a realização dos serviços fotográficos, o profissional ficará à disposição da Secretaria de Comunicação para cumprimento das pautas indicadas dentro do respectivo período, devendo cumprir os horários na sua integralidade;

2.8. As ordens de serviço serão encaminhadas por meio eletrônico à contratada, por e-mail ou aplicativo de mensagens previamente definidos, pela Secretaria de Comunicação, com até 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário previsto para início da pauta;

2.9. Para realização dos serviços fotográficos a contagem do tempo do serviço será feita a partir do início previsto do evento, obrigando-se o profissional à pontualidade quanto aos preparativos para o bom desempenho e a qualidade do serviço;

2.10. Os serviços serão executados no horário de funcionamento do Tribunal de Contas da União, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário de 8 às 20h, e, eventualmente, sem custos adicionais, em período noturno, finais de semana e feriados, nos locais e nas condições informadas pela Secretaria de Comunicação;

2.11. Em caráter excepcional poderá ser demandada cobertura fotográfica em localidade fora do Distrito Federal;



- 2.12. A ordem de serviço relativa a cobertura em localidade fora do Distrito Federal deverá ser emitida com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência em relação à data do evento;
- 2.13. A contratada deverá indicar nome, endereço e contato do profissional responsável pela cobertura em localidade fora do Distrito Federal e se responsabilizar pela execução dos serviços com os padrões estabelecidos nas especificações técnicas;
- 2.14. A cobertura fotográfica será realizada mediante captação de imagem com equipamento próprio da contratada e compreenderá o registro integral ou parcial de pauta solicitada em cada ordem de serviço emitida pela Secretaria de Comunicação;
- 2.15. Todos os arquivos digitalizados deverão ser disponibilizados em banco de imagens para a Secretaria de Comunicação do TCU em até 2 (duas) horas após a execução da cobertura fotográfica;
- 2.16. As 5 (cinco) melhores imagens de cada pauta deverão ser identificadas, tratadas digitalmente, e subidas (upload) pelo prestador dos serviços no banco de imagens do Tribunal, em até 2 (duas) horas após a execução da cobertura fotográfica;
- 2.17. O tempo necessário para edição e indexação das fotos e para alimentação do banco de imagens não será considerado para fins de cômputo da saída profissional;
- 2.18. As fotografias deverão ser produzidas em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade;
- 2.19. A estrutura mínima obrigatória de equipamentos de uso técnico é composta de:
- a) câmeras SLR profissionais com resolução mínima de 12 MP cada uma e com lentes cambiáveis;
  - b) lentes objetivas, contendo cada uma as seguintes soluções:
    - b.1) angulares com claridade de f: 1.2.8 e com ângulo de 17-35 mm, 14-24 mm, 17-55 mm ou 24-70 mm;
    - b.2) tele zoom com claridade de f: 1.2.8 e com ângulo de 70-200 mm ou 80-200 mm;
    - b.3) tele zoom com capacidade de alcance de 400 mm;
  - c) flashes profissionais com luz de enchimento (TTL), com cabeça móvel para possível rebatimento da luz e compatíveis com o modelo da câmera adotado pela contratada;
  - d) tripé fotográfico e monopé para utilização de lentes teleobjetivas em trabalhos que exigirem esse tipo de equipamento;
  - e) equipamentos para foto em estúdio.
- 2.20. Os serviços de cobertura fotográfica deverão seguir padrão de qualidade profissional.
- 2.20.1. No caso das fotografias serão considerados aspectos técnicos como enquadramento, iluminação, temperatura de cor e exposição; e aspectos subjetivos como habilidade do profissional em registrar os momentos mais importantes dos eventos e ter capacidade de síntese;
- 2.20.2. No caso de impressão digital da foto, serão consideradas a qualidade dos serviços executados, a qualidade do material empregado e a finalização do produto.





- 2.21. Os arquivos digitais a serem disponibilizados deverão ter o padrão JPEG-fine, em alta resolução de, no mínimo, 4 megabits por imagem ou, quando solicitado pela Secretaria de Comunicação, em padrão TIFF;
- 2.22. Os arquivos a serem baixados pelo prestador dos serviços no banco de imagens do Tribunal deverão ser identificados com legendas com os seguintes elementos:
- 2.22.1. assunto - síntese da representação da foto;
  - 2.22.2. personalidades - identificação dos personagens que compõem a foto (com indicação de posição = C - centro, E - esquerda, D - direita);
  - 2.22.3. nome do fotógrafo (autor da imagem);
  - 2.22.4. data; e
  - 2.22.5. informações complementares, caso necessárias.
- 2.23. As fotografias deverão ser tratadas/editadas com aplicação de softwares apropriados (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior), de propriedade da contratada;
- 2.24. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos, softwares e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços, inclusive os programas necessários para a edição das imagens, bem como de equipamentos para operá-los, a suas expensas e responsabilidade;
- 2.25. O equipamento mínimo de uso da contratada abrange:
- a) equipamentos de uso técnico, tais como câmeras, lentes objetivas, flashes e filtros;
  - b) equipamentos e suprimentos de informática, tais como:
    - b.1) computadores desktop ou notebooks para baixar e tratar imagens, leitores de mídia, discos rígidos, mídias portáteis, como cartão CF extreme ou pendrives, para efetuar coleta dos arquivos que estiverem sendo produzidos na rotina das atividades no Tribunal de Contas da União;
    - b.2) softwares a serem utilizados, tais como Adobe Photoshop, Bridge, Xnview, para tratamento de imagens e inserção de dados no IPTC das imagens, sistemas operacionais e outros necessários ao desenvolvimento do serviço de foto documentação jornalística.
- 2.26. A pedido da Secretaria de Comunicação, a contratada deverá encaminhar mídia (CD/DVD) com as fotografias produzidas em pautas específicas. A mídia deverá conter capa/etiqueta com identificação do evento, data e nome do fotógrafo que capturou as imagens;
- 2.27. A contratada deverá manter pessoal em quantidade suficiente para cobrir pautas que poderão ocorrer simultaneamente em locais diferentes;
- 2.28. Com base na média diária de pautas do Tribunal, estima-se que sejam necessários, no mínimo, 2 (dois) repórteres fotográficos;
- 2.29. Os serviços de cobertura fotográfica deverão ser prestados por profissionais portadores de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como repórteres fotográficos especializados em foto documentação jornalística e na linguagem de coberturas de cunho editorial e institucional, em número suficiente para a prestação dos serviços;



- 2.30. Em ocasiões excepcionais, previamente indicadas e combinadas com a Secretaria de Comunicação, a contratada deverá dispor de profissionais em número suficiente para cobrir eventos que necessitem de registro fotográfico simultâneo, sendo considerado cada profissional individualmente para efeito de remuneração da saída;
- 2.31. Caberá à contratada providenciar para que os prestadores de serviço sejam credenciados para acesso às dependências do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e de outros locais em que o credenciamento prévio se faça necessário;
- 2.32. Os profissionais deverão se apresentar vestidos de forma condizente com o serviço e o ambiente de sua realização;
- 2.33. Por demanda da Secretaria de Comunicação, mediante ordem de serviço específica, deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, em papel fotossensível de alta qualidade, a partir de arquivos digitalizados;
- 2.34. Os serviços de cobertura fotográfica, bem como os de impressão de fotografias, serão solicitados à contratada, por escrito, mediante Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Comunicação, contendo a data e a hora de sua expedição, podendo ser encaminhada via e-mail, aplicativo de mensagens ou outro meio de comunicação;
- 2.35. Os serviços de impressão de fotografias deverão ser executados em até 4 (quatro) horas, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria de Comunicação que, conforme o caso, informará previamente a legenda a ser inserida na foto, se houver tal necessidade;
- 2.36. As fotografias de autoridades que irão compor a galeria dos ex-presidentes do TCU serão feitas em estúdio ou em local determinado pela Secretaria de Comunicação, em tons de preto e branco, com iluminação especial e fundo próprio para retratos em estúdio;
- 2.37. É vedada toda e qualquer manipulação que inclua ou exclua elementos ou pessoas de forma que altere a substância da imagem original;
- 2.38. Excepcionalmente, a Secretaria de Comunicação poderá solicitar a realização dos serviços aos sábados, domingos e feriados, inclusive em horário noturno, sem quaisquer custos adicionais;
- 2.39. A contratada deverá disponibilizar e-mail e telefone para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pela contratante e ainda dispor de meio eletrônico para que os arquivos possam ser enviados em grande quantidade via e-mail ou disponibilizados em plataforma de compartilhamento, quando for o caso;
- 2.40. A contratada deverá indicar endereço de correio eletrônico e número de telefone móvel, para contato imediato, visando atender os serviços excepcionais e urgentes solicitados pela Secretaria de Comunicação;
- 2.41. Caso sejam constatadas falhas ou imperfeições nas reproduções, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias, ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas;



2.42. No material decorrente de revelação digital, edição ou cópias de CD ou DVD, serão consideradas a qualidade dos serviços executados, a qualidade do material empregado e a finalização do produto;

2.43. As impressões de foto entregues fora do padrão de qualidade, aferido pela Secretaria de Comunicação, poderão ser recusadas, podendo acarretar pedido de substituição do profissional ou de substituição do produto julgado inadequado. A Contratada deverá refazer o produto, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal, sob pena de aplicação de penalidade contratual;

2.44. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos, softwares e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços, inclusive os programas necessários para a pré-edição das imagens, bem como de equipamentos para operá-los, sob suas expensas e responsabilidades, aplicando-se tal disposição a:

2.44.1. equipamentos de uso técnico, tais como câmeras, lentes objetivas, flashes e filtros;

2.44.2. equipamentos e suprimentos de informática, tais como:

a) computadores desktop ou notebooks que serão utilizados para baixar e tratar imagens, leitores de mídia, discos rígidos, mídias portáteis, como cartão CF extreme ou pendrives;

b) softwares a serem utilizados, tais como Adobe Photoshop, Bridge, Xnview, para tratamento de imagens e inserção de dados no IPTC das imagens, sistemas operacionais e outros necessários ao desenvolvimento do serviço de cobertura fotográfica e foto documentação jornalística.

2.45. A estrutura mínima obrigatória de equipamentos de uso técnico é composta de:

2.45.1. 2 (duas) câmeras SLR profissionais com resolução mínima de 12 MP cada uma e com lentes cambiáveis;

2.45.2. 2 (dois) conjuntos de lentes objetivas zoom angulares com 3 lentes cada (com estabilizador de imagem), sendo uma lente 16-35 mm f/2.8 L, uma lente 24-105 mm f/4 L e uma lente 70-200 mm f/2.8 L;

2.45.3. 2 (dois) flashes profissionais com luz de enchimento (TTL), com cabeça móvel para possível rebatimento da luz e compatíveis com o modelo da câmera adotado pela empresa;

2.45.4. tripé fotográfico e monopé para utilização de lentes teleobjetivas em trabalhos que exigirem esse tipo de equipamento;

2.45.5. equipamentos para foto em estúdio.

### **C) ATRIBUIÇÕES DO REPÓRTER FOTOGRÁFICO**

3. Constituem atribuições do repórter fotográfico:

3.1. Atender a demanda de cobertura fotográfica de eventos de interesse institucional do TCU encaminhados pela Secretaria de Comunicação por meio de Ordem de Serviço;



- 3.2. Operar equipamentos de captação e registro de imagens fotográficas, com domínio e destreza;
- 3.3. Operar programas de edição e tratamento de imagens como Adobe Photoshop e Photoshop Lightroom, ou outros programas equivalentes;
- 3.4. Capturar, produzir, editar e recriar imagens fotográficas de acontecimentos, pessoas, paisagens, objetos e outros temas, em branco e preto ou coloridas a serem divulgadas institucionalmente;
- 3.5. Atuar na edição, seleção e distribuição de imagens, organizando o registro fotográfico e o banco de imagens institucional do TCU;
- 3.6. Organizar e catalogar imagens no Flickr ou outros bancos de dados públicos, sob demanda;
- 3.7. Atender às demandas fotográficas segundo objetivos institucionais, artísticos, jornalísticos, e orientar, conforme o caso, a distribuição dos personagens para melhor enquadramento;
- 3.8. Revelar, tirar, ampliar e retocar cópias, criar efeitos gráficos em imagens obtidas por processos digitais e reproduzi-las sobre papel ou outro suporte;
- 3.9. Auxiliar na organização do banco de imagens institucionais;
- 3.10. Coordenar a impressão de material fotográfico;
- 3.11. Cumprir os prazos definidos no item D do presente anexo;
- 3.12. Executar demais atividades correlatas à função.

#### **D) QUALIFICAÇÃO EXIGIDA**

4. Será exigida a qualificação mínima a seguir para o repórter fotográfico designado pela Contratada:
  - 4.1. Escolaridade: ensino médio completo, formado em instituição reconhecida pelo MEC, diploma devidamente registrado junto ao Ministério da Educação;
  - 4.2. Experiência mínima: 6 (seis) meses na área;
  - 4.3. Registro profissional no Ministério do Trabalho como jornalista;
  - 4.4. É imprescindível que o profissional tenha domínio de informática nos ambientes Office, Word, Excel, Outlook e software para tratamento de imagens (Adobe Photoshop e Adobe Lightroom, de preferência a versão CC).



### ANEXO III - ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Item	Unidade de medida	Descrição dos serviços	Qtde. anual estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
<b>1. Serviços de cobertura fotográfica</b>					
1.1	Saída profissional	Distrito Federal	564	336,81	189.960,84
1.2	Saída profissional	Região Centro Oeste	24	371,87	8.924,88
1.3	Saída profissional	Região Nordeste	24	332,27	7.974,48
1.4	Saída profissional	Região Norte	24	390,95	9.382,80
1.5	Saída profissional	Região Sudeste	24	432,60	10.382,40
1.6	Saída profissional	Região Sul	24	373,41	8.961,84
<b>Subtotal (R\$)</b>					<b>235.587,24</b>
<b>2. Serviços de impressão de fotografias</b>					
2.1	Unidade	Foto colorida, tamanho 3 x 4 cm	20	3,56	71,20
2.2	Unidade	Foto colorida, tamanho 5 x 7 cm	20	10,04	200,80
2.3	Unidade	Foto colorida, tamanho 15 x 21 cm	200	4,89	978,00
2.4	Unidade	Foto colorida, tamanho 20 x 25 cm	100	9,91	991,00
2.5	Unidade	Foto colorida, tamanho 30 x 40 cm	10	29,68	296,80
<b>Subtotal (R\$)</b>					<b>2.537,80</b>
<b>Total Anual (R\$)</b>					<b>238.125,04</b>



## ANEXO IV - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Por meio deste instrumento, (NOME E CPF DO FOTÓGRAFO), prestador de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação jornalística nos termos do Contrato-TCU nº xx/xxxx, doravante denominado CEDENTE, transfere ao Tribunal de Contas da União, CNPJ 00.414.6070001-18, doravante denominado CESSIONÁRIO, total e definitivamente, os direitos autorais patrimoniais referentes às fotografias geradas em atendimento a ordens de serviço emitidas pelo CESSIONÁRIO no âmbito do Contrato-TCU nº xx/xxxx, em conformidade com as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1 de abril de 2021, na Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 90019/2026 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. DO OBJETO

O objeto do presente é a cessão total e definitiva dos direitos autorais patrimoniais referentes às fotografias geradas pelo CEDENTE em atendimento a demandas de cobertura fotográfica da CESSIONÁRIA.

I - Em relação às fotografias geradas no âmbito do Contrato nº xx/xxxx, o CEDENTE transfere à CESSIONÁRIA todos os direitos de autoria/propriedade necessários à utilização, divulgação, difusão, comercialização e reprodução.

II - A cessão de direitos objeto do contrato não se restringe ao território nacional.

III - O cedente manterá o CESSIONÁRIO incólume em relação a todas e quaisquer reivindicações, demandas, processos, danos, custos, encargos, despesas e indenizações que resultem de possível violação de direitos autorais, respondendo por eventual lesão a tais direitos perante terceiros, sem prejuízo da apuração das responsabilidades incidentes.

### 2. DO PRAZO DA CESSÃO

O prazo da cessão de direitos patrimoniais será indeterminado, a contar da data de assinatura deste instrumento.

### 3. DO PREÇO

Nenhum pagamento será efetuado pela CESSIONÁRIA ao CEDENTE, pois a remuneração pela presente cessão integra o preço constante do contrato xx/xxxx assinado entre CESSIONÁRIA e adjudicatária, vencedora do Pregão Eletrônico n. 90019/2026.

### 4. DA TOLERÂNCIA QUANTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Nenhuma omissão ou demora por parte da CESSIONÁRIA em exercer qualquer direito estabelecido neste termo, no contrato n. xx, no Edital do Pregão Eletrônico n. xx/xxxx e Anexos, ou previsto em Lei, deverá operar ou se reconstituir em renúncia do mesmo.

(local e data)

(nome e assinatura)  
Fotógrafo cedente

(nome e assinatura)  
Contratada

(nome e assinatura)  
Contratante



## ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

### DADOS DA SOLICITAÇÃO

N.º da solicitação: \_\_\_\_\_

Servidor solicitante: \_\_\_\_\_

Data da solicitação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### AGENDAMENTO:

Data da cobertura fotográfica: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ (dia da semana)

Pauta(s)	Local	Horário
Seminário ...	Auditório Ministro Pereira Lira (TCU-sede)	09h30 – 12h
Audiência com o Sr. ... - representante ...	Presidência do TCU	16h30

Quantidade de fotografos necessários: \_\_\_\_\_

Tempo estimado de cobertura do(s) evento(s): \_\_\_\_\_ horas

Briefing: \_\_\_\_\_

Finalidade da foto: \_\_\_\_\_

### ATESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Profissional designado para a cobertura: \_\_\_\_\_

Quantidade de saídas profissionais computadas para esta ordem de serviço: \_\_ saídas

Comparecimento do profissional no horário previsto para a cobertura: sim ( ) não ( )

Disponibilização dos arquivos no banco de imagens no prazo previsto: sim ( ) não ( )

Qualidade na execução dos serviços: sim ( ) não ( )

Observações:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Servidor responsável pela atestação:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Ciente da contratada:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_





## ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Unidade de medida	Descrição dos serviços	Qtde. anual estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
<b>1. Serviços de cobertura fotográfica – saída profissional de duas horas</b>					
1.1	Saída profissional	Distrito Federal	564		
1.2	Saída profissional	Região Centro Oeste	24		
1.3	Saída profissional	Região Nordeste	24		
1.4	Saída profissional	Região Norte	24		
1.5	Saída profissional	Região Sudeste	24		
1.6	Saída profissional	Região Sul	24		
<b>2. Serviços de impressão de fotografias</b>					
2.1	Unidade	Foto colorida, tamanho 3 x 4 cm	20		
2.2	Unidade	Foto colorida, tamanho 5 x 7 cm	20		
2.3	Unidade	Foto colorida, tamanho 15 x 21 cm	200		
2.4	Unidade	Foto colorida, tamanho 20 x 25 cm	100		
2.5	Unidade	Foto colorida, tamanho 30 x 40 cm	10		
<b>Total Mensal</b>					
<b>Total Anual</b>					

**Observação:** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.



## ANEXO VII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Pelo presente instrumento, de um lado o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**, e, de outro, a **CONTRATADA xxxxxx**, por si e por intermédio de seus empregados, prepostos, subcontratados ou quaisquer profissionais a ela vinculados que venham a atuar na execução do objeto contratual, resolvem celebrar o presente **Termo de Confidencialidade e Sigilo**, a ser observado no âmbito da contratação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação institucional, nos termos e condições a seguir estabelecidos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer as obrigações de confidencialidade e sigilo relativas a todas as informações a que a CONTRATADA e seus profissionais tenham acesso em razão da execução do Contrato-TCU nº xx/xxxx, inclusive aquelas obtidas durante a realização de coberturas fotográficas, tratamento, edição, indexação, armazenamento e disponibilização das imagens produzidas.

### 2. DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Para os fins deste Termo, consideram-se **informações confidenciais** ou **informações restritas** todas as informações, dados, documentos, imagens, registros fotográficos, conteúdos audiovisuais, materiais institucionais, estratégicos, administrativos ou operacionais, de natureza escrita, oral, visual, digital ou em qualquer outro formato, de propriedade ou sob a guarda do TCU, a que a CONTRATADA tenha acesso em decorrência da execução contratual.

2.2. As informações confidenciais incluem, mas não se limitam a: registros de eventos internos ou institucionais, imagens de autoridades, servidores, colaboradores ou terceiros, informações sobre rotinas administrativas, fluxos internos, instalações, sistemas, bases de dados, bem como quaisquer conteúdos ainda não divulgados oficialmente pelo TCU.

### 3. DAS OBRIGAÇÕES DE SIGILO

3.1. A CONTRATADA compromete-se a:

I – manter absoluto sigilo sobre as informações confidenciais a que tiver acesso, abstendo-se de divulgá-las, reproduzi-las, utilizá-las ou disponibilizá-las, total ou parcialmente, a terceiros, sob qualquer forma ou pretexto, sem prévia e expressa autorização do TCU;

II – utilizar as informações confidenciais exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedado seu uso para finalidades diversas, inclusive para fins comerciais, promocionais, acadêmicos ou pessoais;

III – adotar as medidas necessárias para assegurar que seus empregados, prepostos, subcontratados e demais profissionais vinculados ao contrato observem as mesmas obrigações de confidencialidade previstas neste Termo;



IV – comunicar imediatamente ao TCU qualquer ocorrência ou suspeita de violação das obrigações de sigilo, independentemente de dolo ou culpa.

#### **4. DA PROTEÇÃO DAS IMAGENS E DOS DIREITOS AUTORAIS**

4.1. As obrigações de confidencialidade previstas neste Termo complementam e não substituem aquelas relativas à cessão dos direitos autorais patrimoniais, nos termos do modelo constante do **Anexo IV do Edital (Termo de Cessão de Direitos Autorais)**, permanecendo vedada qualquer utilização das imagens produzidas sem autorização expressa do TCU.

4.2. As imagens, arquivos digitais e demais produtos resultantes da execução contratual integram o acervo institucional do TCU e estão sujeitos às regras de sigilo, confidencialidade e uso institucional estabelecidas neste Termo e no contrato.

#### **5. DA VIGÊNCIA**

5.1. As obrigações assumidas neste Termo vigoram desde o primeiro acesso da CONTRATADA às informações confidenciais do TCU e permanecem válidas por prazo indeterminado, inclusive após o término ou rescisão do contrato, independentemente do motivo.

#### **6. DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES**

6.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e da apuração de eventuais perdas e danos suportados pelo TCU.

6.2. A violação do sigilo poderá ensejar, conforme o caso, a rescisão unilateral do contrato, sem ônus para o TCU.

#### **7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1. O presente Termo deverá ser observado por todos os profissionais designados para a execução dos serviços, podendo o TCU exigir, a qualquer tempo, a comprovação de ciência e adesão às suas disposições.

7.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável, com os normativos internos do TCU e com as disposições contratuais pertinentes.

Brasília, \_\_ de \_\_ de \_\_\_\_.

**CONTRATADA**

## ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO N. [Numero\_Acordo].

As CONTRATANTES qualificadas a seguir têm entre si justo e avençado, e celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

1. **CONTRATANTE:** [qualificação do TCU].
2. **CONTRATADA:** [qualificação do fornecedor].
3. **UNIDADE CENTRAL DE APOIO À GESTÃO CONTRATUAL:** [unidade central de apoio à gestão contratual – inciso XIX do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
4. **UNIDADE FISCALIZADORA:** Secretaria de Comunicação – Secom/Segepres, ou outra vier a substituí-la.
5. **UNIDADE GESTORA:** [unidade gestora – inciso XXI do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
6. **FISCAL TÉCNICO:** [fiscal técnico – inciso VI do art. 2º da Portaria-TCU n. 8/2026].
7. **FISCAL ADMINISTRATIVO:** [fiscal administrativo – inciso VII do art. 2º da Portaria-TCU n. 8/2026].
8. **PROCESSO ELETRÔNICO:** 005.094/2026-7.
9. **LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico n. 90019/2026.
10. **OBJETO:** Prestação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação de eventos jornalísticos e institucionais, em regime de empreitada por preço unitário.
11. **DO VALOR ANUAL:** [valor anual] [valor anual por extenso].
12. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** Não será exigida garantia de execução do contrato.
13. **DOS PRAZOS:**
  - 13.1. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.
  - 13.2. **INÍCIO DA EXECUÇÃO:** 2 (dois) dias úteis, contados da assinatura do contrato.
    - 13.2.1. A CONTRATADA deve dar início à execução dos serviços e efetuar a entrega do material à Secretaria de Comunicação nos prazos máximos previstos no quadro que se segue:



SERVIÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO
Serviços de documentação fotográfica (cobertura fotográfica de eventos)	Imediatamente a contar do início previsto para cada pauta
Serviços de documentação fotográfica (alimentação de banco de imagens)	Até 2 (duas) horas após o evento
Impressão de fotografias	Até 4 (quatro) horas após a solicitação

**13.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO:** 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal.

**14. ÍNDICE PARA REAJUSTE CONTRATUAL:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

**15. DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO:** 10/03/2026.

**16. FORO:** Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

**17.** O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de cobertura fotográfica e foto documentação de eventos jornalísticos e institucionais, em regime de empreitada por preço unitário.

**17.1.** As especificações detalhadas constam do edital e anexos da licitação que deu origem à presente contratação e da proposta aceita no procedimento licitatório.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

**18.** A despesa orçamentária da execução deste contrato para este exercício correrá conforme as informações a seguir:

**18.1.** Valor: R\$ [valor] ([valor por extenso]);

**18.2.** Empenho: [empenho] de [data].

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

**19.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**20.** O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:



- 20.1.** O objeto tenha sido executado regularmente;
- 20.2.** A CONTRATANTE tenha interesse na continuidade da execução do objeto;
- 20.3.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE, permitida a negociação entre as partes, com a finalidade de adequação do valor a esse requisito; e
- 20.4.** A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**21.** Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**22.** Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**23.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES**

**24.** As partes deverão:

- 24.1.** Observar as obrigações e os requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) vigentes ou que entrarem em vigor na vigência do contrato;
- 24.2.** Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais;
- 24.3.** Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e aos princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
- 24.4.** Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência do contrato;

- 24.5.** Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos;
- 24.6.** Possibilitar e garantir o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais;
- 24.7.** Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado para execução do contrato;
- 24.8.** Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando a coleta de termos de confidencialidade dos colaboradores vinculados a este contrato;
- 24.9.** Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- 24.10.** Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais.
- 25.** Cabe à CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos anexos do edital da licitação que deu origem à presente contratação:
- 25.1.** Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução-TCU n. 330, de 1º de setembro de 2021, regulamentado pela Portaria-TCU n. 112, de 22 de julho de 2022;
- 25.2.** Conhecer e observar os princípios, diretrizes e protocolos constantes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU;
- 25.3.** Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010;
- 25.4.** Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal;
- 25.5.** Cumprir as regras dispostas na Lei n. 14.611/2023 sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens;





- 25.5.1.** Nos termos do art. 5º da Lei n. 14.611/2023, caso a CONTRATADA tenha 100 (cem) ou mais empregados, deverá publicar semestralmente relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios, observada a proteção de dados pessoais de que trata a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- 25.6.** Entregar à Secretaria de Comunicação, antes do início da prestação dos serviços, termo de cessão de direitos autorais, conforme modelo do ANEXO IV – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS;
- 25.7.** Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, documentação comprobatória da propriedade dos equipamentos a serem utilizados, por meio de notas fiscais de aquisição ou de sua posse por meio de contratos de locação devidamente registrados em cartório;
- 25.8.** Garantir que os fotógrafos que executarão os serviços mantenham sigilo sobre informações confidenciais a que possam vir a ter acesso;
- 25.8.1.** Os profissionais designados pela CONTRATADA deverão assinar Termo de Confidencialidade, conforme modelo anexo ao Edital.
- 25.9.** Executar os serviços descritos nas especificações técnicas com qualidade e tempestividade;
- 25.10.** Manter os profissionais sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- 25.11.** Fornecer e exigir dos prestadores de serviço o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- 25.12.** Ter facilidade de contato (telefone fixo, celular, e-mail, WhatsApp) e ampla disposição para atendimentos imediatos, solicitados pela Secretaria de Comunicação, guardada, por parte da Secom, a antecedência mínima de 2 (duas) horas para as solicitações de cobertura fotográfica;
- 25.13.** Realizar os serviços objeto do contrato, mediante solicitação da Secom, com utilização dos equipamentos adequados, conforme definidos no ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO, e nos prazos estabelecidos;
- 25.14.** Comunicar à Secom, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar do término do prazo de execução, os motivos de ordem técnica que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos;
- 25.15.** Indicar preposto cujas obrigações incluem, entre outras:
- 25.15.1.** Confirmar o recebimento das ordens de serviço e indicar o(s) profissional(is) para as respectivas pautas;
- 25.15.2.** Comunicar em tempo real qualquer variação de pauta que tenha ocorrido;

- 25.15.3.** Intermediar, como responsável técnico, junto à Secretaria de Comunicação, o serviço a ser prestado no que se refere à qualidade técnica, ao desempenho dos profissionais e à quantidade de toda a demanda diária, adequando a quantidade de repórteres fotográficos disponíveis às pautas;
- 25.15.4.** Providenciar a correção ou repetição dos serviços incorretos, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 25.15.5.** Entregar à Secretaria de Comunicação a autorização relativa à cessão dos direitos autorais dos fotógrafos e termo de confidencialidade;
- 25.15.6.** Disponibilizar profissionais para prestação de serviço em caráter excepcional, em finais de semana e em viagens institucionais;
- 25.15.7.** Fornecer detalhamento da execução dos serviços prestados quando da emissão de nota fiscal/fatura para pagamento.
- 25.16.** Demonstrar, antes do início da execução dos serviços, que dispõe de equipe com experiência nas áreas requeridas, quando tal requisito operacional estiver previsto nos critérios de qualificação;
- 25.17.** Reportar imediatamente à fiscalização qualquer falha eventualmente identificada na especificação dos produtos fornecidos, propondo soluções tecnicamente adequadas;
- 25.18.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 25.19.** Empregar metodologias fundamentadas em boas práticas nacionais e internacionais e utilizar processos participativos, conforme requisitos técnicos;
- 25.20.** Entregar produtos em formatos abertos, reutilizáveis e atualizáveis;
- 25.21.** Cumprir fielmente o objeto, nos termos da proposta apresentada, de modo que o produto seja fornecido de acordo com as especificações técnicas estabelecidas e as disposições legais;
- 25.22.** Fornecer assessoria técnica necessária ao bom funcionamento do objeto contratado;
- 25.23.** Observar, no que couber, critérios e as normas de sustentabilidade, em conformidade com as orientações e boas práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental;
- 25.24.** Garantir que todos os conteúdos fornecidos estejam de acordo com as disposições legais aplicáveis, bem como que a utilização de qualquer material protegido por direito autoral para a elaboração dos conteúdos encontra-se regularizada e, ainda, que obteve os licenciamentos de direito, permissões e autorizações necessárias para a execução dos fatos inclusive quanto a direitos de imagem, se for o caso, para uso informativo;



- 25.25.** Responder, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à contratação que eventualmente venham a ser solicitados pela fiscalização;
- 25.26.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 25.27.** Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- 25.28.** Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas ou notas fiscais relativas ao serviço contratado;
- 25.29.** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação;
- 25.30.** Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS). Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico informado;
- 25.31.** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 25.32.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- 26.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 26.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 26.2.** A subcontratação total para a execução do objeto deste contrato;
- 26.3.** A contratação, durante toda a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores, autoridades ou de qualquer pessoa que tenha vínculo direto com a licitação, gestão ou fiscalização do contrato.
- 27.** A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos anexos do edital da licitação que deu origem à presente contratação, deve:
- 27.1.** Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço;



- 27.2.** Solicitar os serviços da CONTRATADA com antecedência mínima de 2 (duas) horas e por quaisquer dos meios de telecomunicação disponíveis, especialmente correio eletrônico com confirmação de recebimento pela CONTRATADA também por meio eletrônico, e ratificação posterior mediante assinatura do original da solicitação de serviço;
- 27.3.** Orientar a CONTRATADA quanto ao tipo de evento, tipo de foto a ser realizada, personalidades a serem fotografadas, e características do local do evento;
- 27.4.** Impedir que terceiros, sem autorização, executem os serviços objeto do contrato;
- 27.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução da contratação;
- 27.6.** Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 27.7.** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 27.8.** Entregar à CONTRATADA o Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU, previamente ao início da execução do objeto, para a observância de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal;
- 27.9.** Entregar à CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto, a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU para conhecimento de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal;
- 27.10.** Designar gestor e fiscal técnico;
- 27.11.** Garantir análise tempestiva dos produtos apresentados e formalizar aceites;
- 27.12.** Receber os bens e/ou serviços nas condições exigidas no termo de referência quanto à especificação, quantidade, funcionalidade, prazos acordados, garantias, entre outros;
- 27.13.** Comunicar, por escrito e com antecedência razoável, toda e qualquer alteração à veiculação a ser realizada ou quanto ao acordado na proposta comercial;
- 27.14.** Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes acerca do objeto que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- 27.15.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto ao cumprimento de prazos, condições e preços pactuados;
- 27.16.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor incontroverso correspondente à execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências acordadas;
- 27.17.** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste instrumento contratual em caso de desconformidade da execução do serviço contratado com a proposta apresentada.



## **CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

**28.** É permitida a subcontratação **parcial** do objeto.

**28.1.** A subcontratação deverá observar os seguintes limites:

**28.1.1.** Será permitida a subcontratação para a execução das saídas profissionais fora do Distrito Federal.

**28.1.2.** Nos casos de subcontratação, os serviços e equipamentos subcontratados devem seguir as mesmas especificações e requisitos previstos neste edital para a realização dos serviços no Distrito Federal ou prestados diretamente pela empresa.

**28.2.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica, bem como a regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo de contratação.

**28.3.** É vedada a subcontratação total do objeto.

**28.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS**

**29.** Todos os direitos autorais de imagem, consectários, patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos decorrentes da execução dos serviços previstos neste termo de referência serão de propriedade do acervo da CONTRATANTE, resguardada a indicação do autor da obra.

**30.** Fica vedada à CONTRATADA qualquer utilização, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização expressa da CONTRATANTE, sob as penas previstas na lei.

**31.** Todos os produtos gerados pela execução do contrato (fotografias, filmagens, dados, arquivos), criados ou tratados, incluindo as matrizes, são de propriedade do Tribunal de Contas da União, que poderá usar e dispor livremente de tudo o que for gerado em decorrência do contrato, resguardada a identificação da autoria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**32.** O objeto do contrato será recebido, provisoriamente, de forma sumária, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP) com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes nos anexos do Edital, mediante declaração do fiscal do contrato atestando o completo atendimento das exigências contratuais.



- 32.1.** De acordo com a Portaria-TCU n. 122, de 2023, alterada pela Portaria-TCU n. 73, de 2024, o recebimento provisório poderá ser dispensado a critério da unidade fiscalizadora mediante a apresentação de justificativas.
- 32.2.** A emissão do TRP não constitui a aceitação do objeto.
- 32.3.** O TRP deverá evidenciar a data e o horário da entrega do objeto.
- 33.** O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) deverá ser emitido no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal, e configurará a verificação do integral cumprimento pela CONTRATADA das obrigações e das condições previstas nos anexos do Edital.
- 33.1.** Para efeitos de recebimento definitivo do objeto, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura ao setor responsável pela fiscalização do contrato, a fim de subsidiar o processo de liquidação e pagamento.
- 33.2.** Como condição para o recebimento definitivo do objeto, o fiscal do contrato ou a comissão designada poderá exigir a realização de ensaios, testes ou quaisquer outras verificações necessárias à comprovação da conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas exigidas, observadas as normas técnicas aplicáveis, correndo os respectivos custos exclusivamente por conta da CONTRATADA.
- 33.3.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando entregue em desacordo com as especificações dos anexos do Edital, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 33.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

- 34.** A medição do objeto contratado será realizada com base na verificação da efetiva prestação dos serviços, observando-se as especificações técnicas, quantidades, condições de entrega e padrões de qualidade estabelecidos nos anexos do Edital e na proposta aceita pela Administração.
- 35.** A CONTRATANTE somente realizará o pagamento após a emissão do TRP e do TRD.
- 36.** A CONTRATADA deve destacar corretamente, no documento fiscal, os dados das retenções tributárias aplicáveis, assim como descrever corretamente os dados do objeto faturado, período compreendido e demais informações pertinentes ao faturamento.
- 37.** Realizados os procedimentos de recebimento, caso remanesça discordância da CONTRATADA sobre o valor devido em virtude da prestação executada, se divisível a prestação, deverá ser liberado para pagamento o valor correspondente à parcela incontroversa, nos prazos regulares, sem prejuízo de eventual complemento posterior do pagamento.
- 37.1.** Será facultado à CONTRATADA emitir nota fiscal ou fatura no valor correspondente à parcela incontroversa, hipótese em que eventual complementação de pagamento exigirá a emissão de novo documento fiscal no valor residual.



**38.** Em caso de indícios de risco de prejuízos à CONTRATANTE, resultante de eventos relacionados à conduta da CONTRATADA na execução contratual, o valor correspondente, se mensurável, poderá ser cautelarmente retido dos pagamentos devidos, sem prévia manifestação da CONTRATADA, com fundamento no disposto no art. 45 da Lei n. 9.784/1999.

**38.1.** A retenção cautelar de pagamentos é medida excepcional e deverá ser fundamentada em razões justificadas no processo de fiscalização, liquidação e pagamento.

**39.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do TRD pela CONTRATADA.

**40.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.

**41.** A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

**42.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**43.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE**

**44.** Em se tratando da execução de serviços, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

**44.1.** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme determina o art. 64 da Lei n. 9.430/1996 e alterações;



**44.2.** Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), conforme determina a Lei n. 8.212/1991 e alterações, ou correspondente a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para as empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, conforme determina a Lei n. 12.546/2011;

**44.3.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

**45.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**46.** A fiscalização deve obedecer aos ditames previstos na Portaria-TCU n. 122/2023, que dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos de serviços, de compras e de fornecimentos contínuos no âmbito da Secretaria do TCU, ou em outra que a vier substituir.

**46.1.** Após a assinatura do contrato, o fiscal técnico deverá apresentar à CONTRATADA, por meio de seus representantes, incluindo o preposto designado e outros gestores que atuem diretamente na execução do contrato, as políticas institucionais do Tribunal, abrangendo, entre outros, integridade e código de ética, programas de gestão de pessoas, equidade, combate ao assédio moral e sexual, racismo, discriminação e promoção da diversidade e inclusão.

**46.1.1.** A apresentação dessas políticas e valores será realizada no início da execução do contrato, cabendo à CONTRATADA zelar para que seus representantes compreendam e adotem as diretrizes estabelecidas.

**46.1.2.** A CONTRATADA será responsável por alinhar suas práticas de gestão de pessoas ao ambiente institucional do Tribunal, promovendo ações que reforcem o respeito às diretrizes apresentadas, especialmente no relacionamento entre seus representantes e os colaboradores alocados à execução do objeto.

**47.** A gestão da execução contratual será realizada pela UNIDADE GESTORA indicada na CLÁUSULA PRIMEIRA, a quem compete promover o seu contínuo aperfeiçoamento.

**48.** A fiscalização da execução contratual será realizada pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, com o apoio da UNIDADE FISCALIZADORA e da UNIDADE CENTRAL DE APOIO À GESTÃO CONTRATUAL, indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA.

**48.1.** Os fiscais técnico e administrativo do contrato e respectivos substitutos serão designados no próprio contrato ou, por meio de portaria, pela unidade a qual estejam vinculados tecnicamente.





**48.1.1.** Na ausência de designação formal de um dos fiscais, técnico ou administrativo, o fiscal designado responderá, cumulativamente, pelas atribuições de ambos, até que seja realizada a respectiva designação complementar.

**49.** Quando a prestação dos serviços contratados ocorrer concomitantemente em unidades distintas, podem ser designados, a juízo da UNIDADE FISCALIZADORA, fiscais setoriais, que possuirão atribuições complementares às atribuições do fiscal do contrato, relacionadas ao acompanhamento das rotinas de execução dos serviços, devidamente definidas no ato de designação.

**50.** Será permitida a contratação de serviços terceirizados com o objetivo de apoiar a fiscalização da execução do contrato, caso a UNIDADE GESTORA recomende a medida, após avaliação de circunstâncias concretas, tais como complexidade do objeto, nível de especialidade exigido para os exames próprios da fiscalização ou volume de atividades requerido.

**50.1.** Os serviços de apoio à fiscalização da execução do contrato poderão ser contratados por escopo ou ter natureza contínua, hipótese em que poderão ser utilizados para apoiar, simultaneamente, a fiscalização de diversos contratos, observadas as especialidades requeridas e a viabilidade de compartilhamento.

**50.2.** A empresa contratada para a prestação dos serviços de apoio à fiscalização assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**51.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE**

**52.** Com fundamento no § 2º do art. 34 da Portaria-TCU n. 122/2023, os preços deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de realização do orçamento estimado da licitação que deu origem à presente contratação (10/03/2026) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);



V = variação percentual obtida na forma desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

53. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

53.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

53.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

54. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.

55. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

56. A atualização dos valores para fins de reajuste deverá permanecer dentro dos limites de despesa pública para o exercício, conforme disposto na Lei Complementar n. 200/2023.

57. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

58. A extinção do contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, seguindo, no que couber, os procedimentos e disposições dos arts. 117 a 121 da Portaria-TCU n. 122/2023.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

59. O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021; e vincula-se ao edital e anexos da licitação que deu origem à presente contratação, bem como à proposta da CONTRATADA.

60. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União, conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES

61. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, a CONTRATADA:

61.1. Será sancionada com **advertência**, se der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

61.2. Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**61.2.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) meses a 2 (dois) anos;

**61.2.2.** Der causa à inexecução total do contrato – de 6 (seis) meses a 3 (três) anos;

**61.2.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**61.3.** Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

**61.3.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, como, entre outras hipóteses, os casos que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas.

**61.3-1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

**61.3-1.2.** Der causa à inexecução total do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

**61.3-1.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

**61.3.2.** Apresentar ou prestar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**61.3.3.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

**61.3.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**61.3-4.1.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

**61.3.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

**62.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, nos termos do § 3º do art. 156 desta Lei.

**63.** Configura o **retardamento** da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado:

**63.1.** O atraso na entrega dos serviços fora das condições estabelecidas nas especificações técnicas.



64. No caso de retardamento da execução ou da entrega do objeto, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 2% (dois por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso.
- 64.1. Além dos valores acima definidos para multa de mora, a CONTRATADA também poderá ser sancionada com impedimento de licitar e contratar com a União de 3 meses a 1 ano ou declaração de inidoneidade de 3 a 5 anos.
65. Configura a **inexecução parcial** do contrato, entre outras hipóteses:
- 65.1. O atraso na entrega do objeto por período superior a 20 (vinte) dias.
66. No caso de inexecução parcial do contrato, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 15% (quinze por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, ou advertência.
67. Configura a **inexecução total** do contrato, entre outras hipóteses:
- 67.1. O atraso na entrega do objeto por período superior a 30 (trinta) dias quando não houver parcela executada do objeto ou quando a parcela executada do objeto não puder ser aproveitada pela CONTRATANTE.
68. No caso de inexecução total do contrato, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, impedimento de licitar e contratar com a União de 6 meses a 3 anos ou declaração de inidoneidade de 4 a 6 anos.
69. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulativa de outras sanções previstas no contrato, nos termos do parágrafo único do art. 162 da Lei n. 14.133/2021.
70. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 70.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 70.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
71. A sanções previstas no contrato serão aplicadas levando em consideração os fatores, as circunstâncias (agravantes e atenuantes) e a dosimetria, conforme disposto nos artigos 7º e 8º da Portaria-TCU n. 127/2023.
72. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
73. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**74.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme § 9º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**75.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**76.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

**[UNIDADE TCU]**

**[REPRESENTANTE TCU]**

**[CARGO]**

**[CONTRATADA]**

**[REPRESENTANTE DA CONTRATADA]**